

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

JOSÉ GOMES DA SILVA

Portaria ITESP - 71, de 16-7-2004

O Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP,

considerando os fins precípuos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, que, nos termos da Lei Estadual n. 10.207, de 08 de janeiro de 1999, consistem no planejamento e execução das políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado de São Paulo, com a implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de trabalhadores rurais;

considerando as atribuições da Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento, dentre as quais a seleção de trabalhadores rurais para a implantação de projetos de assentamento, nos moldes estabelecidos pela Lei Estadual n. 4.957, de 30 de dezembro de 1985 e pelo Decreto n. 35.852, de 15 de outubro de 1992.

considerando a necessidade de modernização e democratização dos procedimentos de cadastro de candidatos aos planos públicos executados pela Fundação Instituto de Terras "José Gomes da Silva" - ITESP resolve:

Art. 1º - o cadastro de trabalhadores rurais, visando à seleção de que trata o artigo 7º, da Lei Estadual n. 4.957, de 30 de dezembro de 1985, terá abrangência regional e será implantado nas Coordenações Regionais Leste, Oeste, Norte e Sudoeste.

Art. 2º - o cadastro terá validade de 02 (dois) anos na circunscrição administrativa da Coordenação Regional da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP onde tiver sido elaborado, sendo vedado o cadastramento do mesmo candidato, de seu cônjuge ou companheiro em mais de uma circunscrição administrativa.

Art. 3º - o cadastramento dos candidatos será realizado em todas as unidades da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, em formulário eletrônico simplificado e integrará um banco de dados, sendo pública a sua consulta pela rede mundial de computadores.

Art. 4º - no ato do cadastramento será exigida a qualificação do candidato, do seu cônjuge ou companheiro e de seus dependentes, a indicação do seu domicílio, o tempo de trabalho em atividades rurais, sendo obrigatória a apresentação de:

I - documento de identidade;

II - CIC/CPF;

III - comprovante de residência a mais de 02 (dois) anos ininterruptos, na região do Estado em que é feito o cadastramento;

IV - comprovante de exercício de atividades rurais.

Art. 5º - Serão admitidos como comprovante referido no inciso IV, do artigo anterior, quaisquer documentos onde conste o exercício de atividades rurais ou a qualificação do candidato na condição de produtor ou trabalhador rural, tais como:

I) bloco de notas de produtor rural;

II) nota fiscal de venda;

III) contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;

IV) carteira profissional;

V) carteira de vacinação do candidato ou de seus filhos;

VI) certidão de nascimento dos filhos;

VII) contrato de empréstimo bancário para financiamento de atividades agropecuárias;

VIII) matrícula escolar do candidato ou de seus filhos;

IX) declaração anual de produtor - DIAP ou DIAC;

X) ficha de associação do candidato em cooperativa;

XI) ficha de crediário em estabelecimentos comerciais;

XII) recibo de pagamento de contribuição confederativa;

XIII) ficha de registro em livros de casas de saúde, hospitais ou postos de saúde.

Art. 6º - É vedado o cadastramento daquele que ocupe irregularmente projetos de assentamento administrados pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP

Parágrafo único - o candidato cadastrado que incidir em tal conduta terá seu cadastro inabilitado.

Art. 7º - Durante o prazo de validade do cadastro, o candidato poderá, a qualquer momento, atualizar as informações que nele constem.

Parágrafo único - Será obrigatória a atualização do cadastro quando o candidato se separar judicialmente ou se divorciar do cônjuge declarado no cadastro, quando este cônjuge falecer ou quando a união estável for dissolvida.

Art. 8º - Após o decurso de 02 (dois), o cadastro perderá automaticamente sua validade e o trabalhador rural somente poderá participar de procedimento seletivo mediante novo cadastramento.

Art. 9º - a Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento, por intermédio da Gerência de Desenvolvimento Humano, dará ampla divulgação para o cadastramento de trabalhadores rurais.

Art. 10 - As coordenações regionais referidas no artigo 1º compreendem os municípios enumerados no anexo desta portaria.

Art. 11 - As disposições desta portaria não se aplicam aos cadastros de trabalhadores rurais que tenham sido apresentados às Comissões de Seleção instauradas antes da sua publicação.

Parágrafo único - Ficam mantidos os prazos de validade das listas de trabalhadores rurais decorrentes das Comissões de Seleção a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 12 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.